

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025**  
**(90031/2025 Compras.gov.br)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS (UASG: 988841)**

**OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO COM INSTALAÇÃO DE CÂMERAS, SISTEMA DE ALARMES, RASTREAMENTO VEICULAR, SOFTWARES, SISTEMA DE CENTRAL SEMAFÓRICA, COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 66.122.631,00

**DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 26/05/2025 às 08h30min (horário de Brasília), no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Não

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025**

**PROCESSO Nº 182/2025**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Rua Venâncio Aires, Nº 2277, Bairro Centro, Cep 97010-005, 2º andar do Centro Administrativo Municipal, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Executivo nº 124, de 1º de dezembro de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a **contratação de serviços de circuito fechado de televisão com instalação de câmeras, sistema de alarmes, rastreamento veicular, softwares, sistema de central semafórica, com instalação e manutenção**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.1.** A licitação será realizada em um único **grupo/lote**, conforme tabela constante neste Edital.

**1.2. Não é permitida a subcontratação do objeto.**

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538 de 2015.

**2.5.1.** A obtenção do benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

**2.6.2.** O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**2.6.3.** A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**2.6.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**2.6.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**2.6.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2025**

**Parecer Jurídico nº 394/PGM/2025 – TICKET nº 299124**

**Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS**

**CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br)**

**[www.santamaria.rs.gov.br](http://www.santamaria.rs.gov.br)**

**2.6.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.6.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante.

**2.6.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**2.6.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do Art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

**2.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.10.** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da Contratada, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar, pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.12.** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.6.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.9.3.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

**3.10.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9, possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.11.** Caberá a licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.12.** A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário/mensal e total do item contendo **no máximo 02 (duas) casas decimais**, relativas à parte dos centavos).

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**4.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o projeto básico/projeto executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.10.** As licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2025**

**Parecer Jurídico nº 394/PGM/2025 – TICKET nº 299124**

**Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS**

**CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br)**

**[www.santamaria.rs.gov.br](http://www.santamaria.rs.gov.br)**

**4.11.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do Art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

**5.6.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos, sob pena de exclusão do lance.

**5.7.** A licitante somente poderá oferecer lance de percentual superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (zero vírgula zero um por cento)**.

**5.9.** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10.** As licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.10.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**5.10.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.10.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.10.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.10.5.** Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

**5.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.13.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**5.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances.

**5.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



**5.16.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de desconto de sua proposta.

**5.17.** Em relação ao grupo/lote não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.17.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.17.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.17.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais.

**5.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.19.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**5.19.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

**5.19.1.3.** Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

**5.19.1.4.** Desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.19.2.1.** Empresas estabelecidas, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.19.2.2.** Empresas brasileiras;

**5.19.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.19.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.19.3.** Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. (**Redação dada pela Instrução Normativa SEGES/MGI N nº 79 de 12 de setembro de 2024**).

**5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.20.1.** A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**5.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.20.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação de “Anexo” no sistema Comprasnet, envie a **proposta adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.21.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF.

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.4.** Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o Art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.2.1.** Para as licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 03/2018, Art. 29, caput).

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 03/2018, Art. 29, §1º).

**6.3.2.** A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 03/2018, Art. 29, §2º).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas/empresas de pequeno porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste Edital.

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Artigos 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1.** Contiver vícios insanáveis.

**6.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

**6.6.3.** Após a fase de negociação, apresentar preço unitário e/ou global final superior ao preço máximo fixado pelo Município (**ANEXO I**). (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário).

**6.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**6.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.7.1.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.8.1.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DO TESDE DE BANCADA**

**7.1.** No prazo de **05 dias** corridos após a declaração da licitante melhor classificada, será realizado um teste de bancada, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Maria, para que a licitante demonstre que possui (em escala reduzida) a tecnologia mínima necessária solicitada no Termo de Referência. Será utilizado um servidor de demonstração o qual será interligado com apenas uma unidade de cada hardware e assim testadas todas as funcionalidades de *software* previstas. Sendo que para ser aprovada no teste de bancada deverá ser fornecida, para demonstração em funcionamento uma unidade de cada objeto, uma câmera ligada, um alarme ligado, um rastreador ligado e um controlador de acesso ligado.

**7.2.** A licitante deverá apresentar **folders ou demonstrativos** de todos os equipamentos que utilizará, incluindo marca e modelo de cada um. Quando o *folder* ou demonstrativo for em língua estrangeira deverá também ser anexada uma folha traduzida para o português, os quais serão cobrados na ocasião do teste de bancada.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2.** Para verificação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** deverá ser apresentado:

**8.2.1.** Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

**8.2.1.1.** Em se tratando de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

**8.2.1.2.** Quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentar Decreto de autorização, e, quando a atividade assim o exigir, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

**8.3.** Para verificação da **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** deverá ser apresentado:

**8.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ**.

**8.3.2.** Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Municipal** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.3.3.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os **créditos tributários federais** e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.3.4.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.

**8.3.5.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.

**8.3.6.** Prova de regularidade para com o **FGTS** - Certificado de regularidade expedido pela Caixa Econômica Federal.

**8.3.7.** Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**.

**8.4.** Para verificação da **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** deverá ser apresentado:

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2025**

**Parecer Jurídico nº 394/PGM/2025 – TICKET nº 299124**

**Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS**

**CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br)**

**[www.santamaria.rs.gov.br](http://www.santamaria.rs.gov.br)**



**8.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**8.4.2. Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa para atender plenamente o objeto. Os demonstrativos citados deverão estar adequados às seguintes propriedades:

**8.4.2.1.** Quanto à sua finalidade: os demonstrativos exigidos, devem possibilitar a apuração e avaliação de índices de liquidez e solvência do pleiteante, devendo ser compostos, no mínimo, pelo Balanço Patrimonial e pela Demonstração do Resultado do Exercício.

**8.4.2.2.** Quanto à sua forma: devem estar adequados à legislação vigente, incluindo-se as Normas Brasileiras de Contabilidade; contendo informação comparativa do exercício imediatamente anterior, Termos de Abertura e Encerramento; adicionando-se, no caso de Escrituração Contábil Digital (ECD), o Recibo de Entrega.

**8.4.2.3.** Quanto à sua legitimidade: deverá ser comprovado seu registro junto aos órgãos legalmente instituídos para tal fim, como Junta Comercial Estadual ou Cartório de Notas, bem como a Receita Federal do Brasil; de acordo com as regras que enquadrem suas características societárias e/ou fiscais.

**8.4.2.4.** Quando à sua tempestividade: em caso de empresas que não tenham apurado o resultado de seu primeiro ano de atividade, deverá ser apresentada cópia autenticada do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial ou órgão competente.

**8.4.3.** A comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 01 (um) e extraídos do último Balanço do Exercício, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**8.4.4.** Caso o memorial de cálculo não seja apresentado, o Agente de Contratação, através da Equipe de Apoio, reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

**8.4.5.** Caso a empresa apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores a 01 (um), deverá comprovar ser dotada de capital social ou de patrimônio líquido igual ou superior a **10%** (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício Social.

**8.4.6.** No caso de participação de **consórcio de empresas**, na habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4.6.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10 % (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para as licitantes individuais.

**8.5.** Para verificação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** deverá ser apresentado:

**8.5.1. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Profissional competente, que exija tal inscrição, da região da sede da empresa.

**8.5.2. Certidão de Registro Profissional**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Profissional competente, de profissional (Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Transportes, Arquiteto e Urbanista ou outro legalmente habilitado) designado para ser o responsável técnico pelo serviço, devendo comprovar seu vínculo com a empresa da seguinte forma:

a) Em se tratando de sócio(s) da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social ou documento equivalente.

b) No caso de empregado(s), mediante cópia da(s) Carteira(s) de Trabalho devidamente registrada(s).

c) No caso de contrato de prestação de serviços, mediante cópia do contrato com firma reconhecida ou registro no órgão competente ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor.

d) Em qualquer caso, pela certidão de registro do licitante (pessoa jurídica) no Conselho Profissional competente, se nela constar o nome do profissional designado.

**8.5.3. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia dos locais de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá, sob pena de inabilitação, realizar visita técnica aos locais da execução do objeto licitado.**

**8.5.3.1.** Será disponibilizado pela Administração, data e horário exclusivos para visita, a ser agendada com até 24 horas de antecedência pelo telefone (055) 99614-8847 ou pelo email [ciosp@santamaria.rs.gov.br](mailto:ciosp@santamaria.rs.gov.br), com o servidor Paulo Sergio da Silva, ou por representante deste Órgão, designado para esse fim, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes. **A visita técnica deverá ser realizada até 48 horas antes da data de abertura do certame.**

**8.5.4.** Comprovação de **Capacidade Técnico Operacional**, em nome da empresa licitante, através de Certidão ou Atestado, regularmente emitida pelo conselho profissional competente, comprovando ter condições de oferecer a contento o serviço que está sendo licitado e comprovando a aptidão para desempenho de serviço dos seguintes itens especificados abaixo:

**8.5.4.1.** Serviço de circuito fechado de televisão (CFTV) com central de operações com instalação, locação e manutenção com pelo menos 50% do quantitativo solicitado no termo de referência, ou seja, 890 câmeras.

**8.5.4.2.** Serviço de sistemas de alarmes, com instalação, manutenção e locação com pelo menos 50% do quantitativo solicitado no termo de referência, ou seja, 82 localidades com alarme monitorado.

**8.5.4.3.** Serviço de rastreamento veicular com pelo menos 50% do quantitativo solicitado no termo de referência, ou seja, 100 veículos.

**8.5.4.4.** Serviço de cercamento eletrônico com informações para registro de autuação de trânsito com pelo menos 50% do quantitativo solicitado no termo de referência, ou seja, 26 faixas.

**8.5.4.5.** Serviço de cercamento eletrônico sem informações para registro de autuação de trânsito com pelo menos 50% do quantitativo solicitado no termo de referência, ou seja, 25 faixas.

**8.5.4.6.** Serviço de manutenção em 46 conjuntos semafóricos com pelo menos 50% do quantitativo solicitado no termo de referência, ou seja, 23 conjuntos semafórico

**8.5.4.7.** Serviço de confecção de softwares e aplicativos.

**8.5.4.8.** Serviço mensal de horas de desenvolvimento.

**8.5.4.9.** Serviço de circuito fechado de televisão (CFTV) com central de operações com instalação, locação e manutenção com pelo menos 50% do quantitativo solicitado no termo de referência, ou seja, 04 Torre de Monitoramento.

**8.5.4.10.** Serviço de transporte de dados com instalação, locação e manutenção de rede de fibra optica para todos os objetos do termo de referência, bem como processamento e armazenamento dos dados.

**8.5.5. Carta de solidariedade dos fabricantes/desenvolvedores**, assegurando a execução do contrato das seguintes soluções: Software VMS, Plataforma de Gestão de Alertas e Ocorrências, Software de Reconhecimento Facial e Software de Análise Forense, além do fabricante das câmeras ofertadas, declarando que a empresa licitante é um fornecedor credenciado e autorizado a implantar, dar suporte e treinamento as suas soluções, conforme previsto no inciso IV, Art. 41, da Lei federal nº 14.133/2021.

**8.5.6. Alvará de funcionamento em plena validade, documento este fornecido pelo Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas da Brigada Militar (GSVG)**, ou alvará de funcionamento da polícia militar e ou órgão regulamentador do estado de origem da licitante proponente devidamente visado junto ao GSVG da Brigada Militar.

**8.5.7. Licença da Anatel** com cobertura na região em que serão utilizados os equipamentos de rádio, que lhe permita trabalhar legalmente com a tecnologia de rádio alarme solicitada no termo de referência, segundo a portaria o nº 90, de 09 de abril de 1986, a qual regulamenta a prestação de serviços por rádio de supervisão e controle.

**8.5.8. Cópia do certificado de homologação na Anatel do rastreador** que será utilizado no objeto rastreamento veicular.

**8.5.9. Cópia do contrato com a operadora de mapas** que fornecerá os mapas para os objetos rastreamento veicular e todos os objetos que possuam um mapa em suas funcionalidades.

**8.5.10. Cópia do contrato em nome da licitante proponente do servidor cloud** que já desde o teste de bancada as informações da contratante serão armazenadas.

**8.5.11. Declaração de que instalará Escritório na cidade de Santa Maria - RS**, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da ordem de serviço, ter funcionários na cidade de Santa Maria, bem como pagar impostos (ISSQN) localmente pelo serviço prestado. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório. (Modelo ANEXO III).

**8.6.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.6.1.** Na hipótese de a licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou por cópia simples.

**8.8.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.9.** Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**8.10.** Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.11.** A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.12.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.12.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 03/2018, Art. 4º, §1º, e Art. 6º, §4º).

**8.13.** É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 03/2018, Art. 7º, caput).

**8.13.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 03/2018, Art. 7º, parágrafo único).

**8.14.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.**

**8.15.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação a licitante vencedor.

**8.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do projeto básico/projeto executivo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.

**8.15.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos as licitantes.

**8.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, Art. 64, e IN nº 73/2022, Art. 39, §4º):

**8.16.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.16.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.17.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.18.** Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.14.1.

**8.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

**9.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

**9.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**9.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio do sítio [www.santamaria.rs.gov.br/transparencia](http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia).

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

**10.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame.

**10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**10.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**10.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**10.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, ou

**10.1.2.4.** Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital.

**10.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**10.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**10.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

**10.1.5.** Fraudar a licitação.

**10.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**10.1.6.1.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**10.1.6.2.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**10.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, ou

**10.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**10.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**10.2.1.** Advertência.

**10.2.2.** Multa.

**10.2.3.** Impedimento de licitar e contratar; e

**10.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**10.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**10.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.

**10.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

**10.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**10.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo estabelecido, a contar da comunicação oficial.

**10.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

**10.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

**10.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**10.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**10.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**10.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.



**10.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**11.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br).

**11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

**11.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

**12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.6.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.santamaria.gov.br/licitacoes](http://www.santamaria.gov.br/licitacoes).

**12.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Planilha de Quantitativo e de Valores Máximos Aceitáveis

**ANEXO II** - Modelo de Proposta de Preços

**ANEXO III** - Declaração de Disponibilidade de Instalação de Escritório

**ANEXO IV** - Minuta do Contrato

**ANEXO V** - Projeto Técnico

Santa Maria-RS, 07 de maio de 2025.

ANEXO I  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

PLANILHA DE QUANTITATIVO E DE VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS

ITEM	DESCRIÇÃO		Qtd	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (60 MESES)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) COM CAMERAS E CENTRAL DE OPERAÇÕES COM INSTALAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO.	1.1. Centro de Operações.	1	39.640,33	39.640,33	2.378.419,80
		1.2. Câmeras Fixas, com Infraestrutura.	1743	255,75	445.772,25	26.746.335,00
		1.3. Câmeras Speed Domes, com Infraestrutura.	10	1.107,33	11.073,30	664.398,00
		1.4. Câmeras Speed Domes para eventos.	4	1.831,33	7.325,32	439.519,20
		1.5. Câmeras Fixas para eventos.	16	303,67	4.858,72	291.523,20
		1.6. Manutenção de câmeras de terceiros.	57	325,00	18.525,00	1.111.500,00
		1.7. Câmeras com inteligencia artificial embarcada, com Infraestrutura.	50	587,09	29.354,50	1.761.270,00
		1.8. Torre de Monitoramento, com Infraestrutura.	8	8.166,00	65.328,00	3.919.680,00
		1.9. Servidores Cloud para armazenamento e processamento.	4	29.412,00	117.648,00	7.058.880,00
		1.10. Licenças de Software.	1	13.889,00	13.889,00	833.340,00
TOTAL ITEM 1					753.414,42	45.204.865,20
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALARMES COM INSTALAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO.	2.1. Localidades (postos de alarme).	165	379,00	62.535,00	3.752.100,00
TOTAL ITEM 2					62.535,00	3.752.100,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RASTREAMENTO VEICULAR.	3.1. Veículos.	200	73,00	14.600,00	876.000,00
TOTAL ITEM 3					14.600,00	876.000,00
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CERCAMENTO ELETRONICO.	4.1. Com informações para registro de autuação de trânsito (multas), com Infraestrutura.	56	3.521,69	197.214,64	11.832.878,40
		4.2. Sem informações para registro de autuação de trânsito (multa), com Infraestrutura.	50	1.090,00	54.500,00	3.270.000,00
TOTAL ITEM 4					251.714,64	15.102.878,40
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOFTWARES E APLICATIVOS PARA INTEGRAÇÃO DOS OBJETOS DO TR.	5.1. Aplicativos IOS e Android.	1	8.200,00	492.000,00	8.200,00
		5.2. Softwares Web.	1	3.233,33	193.999,80	3.233,33
TOTAL ITEM 5					11.433,33	685.999,80

6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E APLICATIVO DOS OBJETOS DO TR.	6.1. Horas de desenvolvimento.	10	380,00	3.800,00	228.000,00
TOTAL ITEM 6					3.800,00	228.000,00
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE ENTRE CENTRAL E CONTROLADOR SEMAFÓRICO.	7.1. Conectividade.	62	73,33	4.546,46	272.787,60
TOTAL ITEM 7					4.546,46	272.787,60
TOTAL DO GRUPO/LOTE					66.122.631,00	

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**GRUPO/LOTE 1**

ITEM	DESCRIÇÃO		Qtd	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (60 MESES)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) COM CAMERAS E CENTRAL DE OPERAÇÕES COM INSTALAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO.	1.1. Centro de Operações.	1	R\$	R\$	R\$
		1.2. Câmeras Fixas, com Infraestrutura.	1743	R\$	R\$	R\$
		1.3. Câmeras Speed Domes, com Infraestrutura.	10	R\$	R\$	R\$
		1.4. Câmeras Speed Domes para eventos.	4	R\$	R\$	R\$
		1.5. Câmeras Fixas para eventos.	16	R\$	R\$	R\$
		1.6. Manutenção de câmeras de terceiros.	57	R\$	R\$	R\$
		1.7. Câmeras com inteligencia artificial embarcada, com Infraestrutura.	50	R\$	R\$	R\$
		1.8. Torre de Monitoramento, com Infraestrutura.	8	R\$	R\$	R\$
		1.9. Servidores Cloud para armazenamento e processamento.	4	R\$	R\$	R\$
		1.10. Licenças de Software.	1	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 1					R\$	R\$
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALARMES COM INSTALAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO.	2.1. Localidades (postos de alarme).	165	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 2					R\$	R\$
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RASTREAMENTO VEICULAR.	3.1. Veículos.	200	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 3					R\$	R\$
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CERCAMENTO ELETRONICO.	4.1. Com informações para registro de autuação de trânsito (multas), com Infraestrutura.	56	R\$	R\$	R\$
		4.2. Sem informações para registro de autuação de trânsito (multa), com Infraestrutura.	50	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 4					R\$	R\$
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOFTWARES E APLICATIVOS PARA INTEGRAÇÃO DOS OBJETOS DO TR.	5.1. Aplicativos IOS e Android.	1	R\$	R\$	R\$
		5.2. Softwares Web.	1	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 5					R\$	R\$



6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E APLICATIVO DOS OBJETOS DO TR.	6.1. Horas de desenvolvimento.	10	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 6					R\$	R\$
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE ENTRE CENTRAL E CONTROLADOR SEMAFÓRICO.	7.1. Conectividade.	62	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 7					R\$	R\$
TOTAL DO GRUPO/LOTE					R\$	R\$

a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na presente proposta e, que se vencedor deste certame, nos submeteremos ao cumprimento de seus termos.

b) A validade da proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de recebimento das propostas, conforme estipulado no Edital.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura (representante legal)

CPF:

RG:

Cargo:

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) do RG n.º..... e do CPF n.º .....,  
DECLARA, sob as penas da Lei, que instalará escritório na cidade de Santa Maria-RS a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da ordem de serviço, ter funcionários na cidade de Santa Maria, bem como pagar impostos (ISSQN) localmente pelo serviço prestado.

Obs.: Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

Local/Data

Assinatura do representante legal

(Carimbo da empresa)

ANEXO IV  
MINUTA DO CONTRATO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA E A EMPRESA ..... PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO COM INSTALAÇÃO DE CÂMERAS, SISTEMA DE ALARMES, RASTREAMENTO VEICULAR, SOFTWARES, SISTEMA DE CENTRAL SEMAFÓRICA, COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO.

O Município de Santa Maria, neste ato denominado Contratante, com sede na Rua Venâncio Aires, nº 2277, Centro, Santa Maria-RS, inscrito no CNPJ sob o nº 88.488.366/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Rodrigo Decimo, e a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., em ..... doravante designado Contratada, neste ato representada por ..... (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 31/2025**, homologado em ....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

§1º O objeto do presente instrumento é a **prestação de serviços de circuito fechado de televisão com instalação de câmeras, sistema de alarmes, rastreamento veicular, softwares, sistema de central semafórica, com instalação e manutenção, conforme Termo de Referência.**

ITEM	DESCRIÇÃO		Qty	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (60 MESES)
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV) COM CAMERAS E CENTRAL DE OPERAÇÕES COM INSTALAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO.	1.1. Centro de Operações.	1	R\$	R\$	R\$
		1.2. Câmeras Fixas, com Infraestrutura.	1743	R\$	R\$	R\$
		1.3. Câmeras Speed Domes, com Infraestrutura.	10	R\$	R\$	R\$
		1.4. Câmeras Speed Domes para eventos.	4	R\$	R\$	R\$
		1.5. Câmeras Fixas para eventos.	16	R\$	R\$	R\$
		1.6. Manutenção de câmeras de terceiros.	57	R\$	R\$	R\$
		1.7. Câmeras com inteligencia artificial embarcada, com Infraestrutura.	50	R\$	R\$	R\$
		1.8. Torre de Monitoramento, com Infraestrutura.	8	R\$	R\$	R\$
		1.9. Servidores Cloud para armazenamento e processamento.	4	R\$	R\$	R\$
		1.10. Licenças de Software.	1	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 1					R\$	R\$

2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALARMES COM INSTALAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO.	2.1. Localidades (postos de alarme).	165	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 2					R\$	R\$
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RASTREAMENTO VEICULAR.	3.1. Veículos.	200	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 3					R\$	R\$
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CERCAMENTO ELETRONICO.	4.1. Com informações para registro de autuação de trânsito (multas), com Infraestrutura.	56	R\$	R\$	R\$
		4.2. Sem informações para registro de autuação de trânsito (multa), com Infraestrutura.	50	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 4					R\$	R\$
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOFTWARES E APLICATIVOS PARA INTEGRAÇÃO DOS OBJETOS DO TR.	5.1. Aplicativos IOS e Android.	1	R\$	R\$	R\$
		5.2. Softwares Web.	1	R\$	R\$	R\$
TOTAL ITEM 5					R\$	R\$

§2º Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta da Contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

§1º O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses**, contados da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com o Art. 107 da Lei 14.133/21.

I - A prorrogação do contrato que trata o subitem anterior poderá ser precedida da realização de pesquisa de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para Administração.

§2º O prazo de instalação de todos os objetos é de **90 dias corridos a contar da emissão da ordem de serviço**. A Prefeitura Municipal de Santa Maria se resguarda o direito de não abrir a ordem de serviço de todos os objetos ao mesmo tempo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

§1º O regime de execução contratual, o modelo de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, execução, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

§2º Os serviços deverão ser executados nos locais indicados no Projeto Técnico.

§3º No transcorrer das instalações deverão ser seguidas todas as normas da ABNT, ANATEL e da RGE referentes.

§4º A Contratada deverá possuir uma sede na cidade de Santa Maria a partir de **60 dias** a contar da emissão da ordem de serviço, ter funcionários na cidade de Santa Maria, bem como pagar impostos (ISSQN) localmente pelo serviço prestado.

§5º Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as especificações do Edital, do Termo de Referência e seus anexos. Sendo constatada qualquer irregularidade, o prestador deverá concluir os serviços dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável do recebimento e imediatamente comunicado à Secretaria de Município para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(eis).

§6º A contratada deverá manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

§7º A contratada deverá executar o objeto, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2025**

**Parecer Jurídico nº 394/PGM/2025 – TICKET nº 299124**

**Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS**

**CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br)**

**[www.santamaria.rs.gov.br](http://www.santamaria.rs.gov.br)**

#### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

§1º Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

§1º O preço total para a execução do objeto deste Contrato é de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme constante na proposta da Contratada, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do objeto deste Contrato.

§2º No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

§1º O prazo para pagamento será em **15 (quinze) dias**, contados do protocolo da Nota Fiscal junto ao responsável pelo recebimento. Para tanto, em até 5 (cinco) dias do seu recebimento, a referida fatura deverá ser encaminhada à Secretaria de Município da Fazenda devidamente visada e aceita pelo responsável.

§2º A contratada poderá apresentar os seguintes documentos:

- I - Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais;
- II - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da contratada, abrangendo todos os tributos administrados pelo Estado;
- III - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da contratada, abrangendo todos os tributos administrados pelo Município;
- IV - Prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), mediante certidão expedida pelo INSS e GPS da empresa do mês anterior a emissão da Nota Fiscal;
- V - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e GFIP da empresa do mês anterior a emissão da Nota Fiscal;
- VI - Relação dos empregados que trabalham nos serviços contratados;
- VII - Cópia da folha de pagamento, relativa ao mês anterior a prestação dos serviços, dos empregados que trabalham nos serviços contratados e comprovante de depósito nas contas dos empregados;
- VIII - A contratada deverá observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZOS DE ATENDIMENTO E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

§1º Estão excluídas as falhas de qualquer componente que não possa ser corrigida por impossibilidade de acesso pela CONTRATADA a equipamentos que estejam no ambiente e instalações sob coordenação da Contratante.

§2º Estão excluídas as falhas decorrentes de problemas de infraestrutura provida no local e de responsabilidade do órgão para os serviços prestados pela CONTRATADA;

§3º Interrupções programadas e avisadas com a devida antecedência, conforme estabelecido em contrato;

§4º Horário de funcionamento da localidade para atendimento de ocorrências de Segunda à Domingo, 24x7, para os serviços contratados ou de acordo com o horário estabelecido no Acordo de Nível de Serviço (SLA) contemplado;

§5º A CONTRATADA deve prever o fornecimento, instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos de telecomunicação necessários para a utilização de cada acesso serviço, incluindo roteadores ou outros equipamentos que se façam necessários atendendo as velocidades contratadas e o Acordo de Nível de Serviço (SLA) contemplado;

§6º Para efeito de descontos, o tempo de interrupção é aquele medido entre o início da interrupção e a sua total recuperação. É considerada como hora de início da interrupção aquela registrada no momento do registro da chamada a CONTRATADA e a hora da total recuperação do problema, aquela registrada pela CONTRATADA e com o aceite formal do CONTRATANTE.

§7º A CONTRATADA deverá apurar os tempos de indisponibilidade do Serviço de Comunicação conforme estabelecido no edital, considerando as ocorrências desde a zero hora do primeiro dia do mês até as vinte e



quatro horas do último dia do mês anterior ao da apuração e o valor apurado será descontado do CONTRATANTE na Nota Fiscal/Fatura dos serviços com vencimento no segundo mês seguinte ao da apuração.

§8º A CONTRATADA deverá possuir uma Central de Atendimento através de telefone (0800) com regime de atendimento de 24x7 com atendimento na língua portuguesa; A empresa deverá fornecer sistema para visualização dos problemas técnicos e acompanhamento da ordem de serviço.

<b>Requisitos Obrigatórios para O SLA</b>	<b>Prazo</b>
Disponibilidade de Serviço – Relação entre o tempo de operação plena e prejudicada no período de 30 dias.	99.60%
Ativação – Período entre a solicitação e ativação do Serviço	30 (trinta) dias
Prazo de Resposta – Período máximo para o deslocamento de técnico da contratada até o endereço associado à reclamação de suporte (se necessário o deslocamento).	2 (duas) horas
Prazo de Solução – Período máximo para o restabelecimento do serviço, contado a partir do momento da abertura do chamado até a finalização do atendimento.	8 (oito) horas
Prazo Mínimo de notificação de manutenção preventiva ou atualização de recursos técnicos – Período mínimo entre a notificação do cliente pela operadora até o início da interrupção programada.	7 (sete) dias
Abertura de Chamado – Disponibilidade de atendimento para solicitações de reparos, Help Desk da Operadora Contratada e discagem sem cobrança (0800) em língua portuguesa.	24 x 7
Horário de Reparo – Disponibilidade de atendimento técnico a partir da abertura da chamada.	24 x 7

#### **CLÁUSULA OITAVA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO POR REAJUSTE**

§1.º Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado (20/12/2024) ou da data do último reajuste.

§2.º Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, dos índices setoriais utilizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

§3.º No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará a Contratada, a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

§4.º Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

§5.º Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

§6.º O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA NONA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO POR REVISÃO DE PREÇOS**

§1.º O equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato poderá ser restabelecido, com as devidas justificativas e por acordo entre as partes, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

§2.º Ao receber o protocolo do pedido de reequilíbrio de preços, a fiscalização técnica, em até 20 (vinte) dias corridos, realizará análise e parecer quanto à viabilidade do solicitado.

§3.º Ao concluir a análise da solicitação, a fiscalização técnica deverá informar à Contratada, e esta deverá manifestar-se em até 05 (cinco) dias corridos.

§4.º Após análise e concordância ou não pela Contratada, a fiscalização técnica informará o Gestor do Contrato, o qual deverá manifestar-se no prazo de até 05 (cinco) dias corridos.

§5.º Havendo o deferimento do pedido do reequilíbrio econômico-financeiro, o Gestor do Contrato encaminhará pedido de Aditivo para a Secretaria de Município de Planejamento e Administração.

§6.º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.

§7.º A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme Parágrafo Único do Art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do Contratante:

§1º Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.

§2º Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

§3º Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

§4º Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

§5º Efetuar o pagamento a Contratada, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

§6º Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato.

§7º Adotar medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada.

§8º Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, decidindo, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

§9º Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo e condições estabelecidas.

§10º Notificar os emitentes, das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

§11º Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

§1º A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

§2º Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

§3º Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

§4º Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

§5º Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

§6º Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

§7º Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

§8º Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

II) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.

III) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada.

IV) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF. e

V) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

§9º Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

§10º Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

§11º Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

§12º Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

§13º Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021).

§14º Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021).

§15º Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

§16º Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

§17º Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

§18º Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados.

§19º Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato.

§20º Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados.

§21º Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

§1º As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

§2º Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD.

§3º É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§4º A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

§5º Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

§6º É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

§7º A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

§8º O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§9º A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§10º Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, Art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

I - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

§11º O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

§12º Os contratos e convênios de que trata o §1º do Art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

§1º Até a data de assinatura da Ordem de Serviço, será recolhida ao responsável pela gestão contratual, a Caução de Garantia da Execução, no valor de **R\$ \_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_), correspondendo a 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato e que responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e também por todas as multas que forem impostas à Contratada.

§2º A caução de execução é recolhida da seguinte forma:

- I - Em moeda corrente, sendo que a garantia prestada nesta forma será devolvida monetariamente atualizada.
- II - Em Títulos da Dívida Pública da União.
- III - Em Seguro Garantia.
- IV - Em Fiança Bancária.

§3º A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

§4º Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

§5º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§6º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

II - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

III - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

§7º A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos, observada a legislação que rege a matéria.

§8º A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

§9º Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

§10º No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do Art. 827 do Código Civil.

§11º No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

§12º Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo estabelecido.

§13º O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

I - O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (Art. 137, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

II - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do Art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

§14º Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

§15º A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

§16º O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

§17º A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

§1º Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, 2021, a CONTRATADA que:

I - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

II - ensejar o retardamento da execução do objeto;

III - falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - comportar-se de modo inidôneo; ou



V - cometer fraude fiscal.

§2º Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**I - Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**II - Multa de:**

a) 1% (um por cento) sobre o valor mensal atualizado do contrato, por mês em que ocorrer problemas relacionados a faturamento;

b) 1% (um por cento) sobre o valor mensal atualizado do contrato, por mês em que a contratada descumprir com o prazo acordado para entrega da fatura;

c) 0,04% (zero virgula zero quatro por cento) por minuto de atraso na solução de contorno, calculada sobre o valor mensal atualizado do contrato, no caso de descumprimento dos prazos referentes ao disposto no Acordo de Níveis de Serviços – SLA;

d) 0,04% (zero virgula zero quatro por cento) por minuto de inoperância que exceda o índice de indisponibilidade mensal, calculada sobre o valor mensal atualizado do contrato, no caso de descumprimento do índice de indisponibilidade mensal, disposto no Acordo de Níveis de Serviços - SLA;

**III -** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**IV -** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**V -** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**VI -** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

**VII -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**VIII -** As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**IX -** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**X -** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**XI -** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**XII -** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**XIII -** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**XIV -** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**XV -** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública, cópias do

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2025**

**Parecer Jurídico nº 394/PGM/2025 – TICKET nº 299124**

**Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS**

**CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br)**

**[www.santamaria.rs.gov.br](http://www.santamaria.rs.gov.br)**

processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

XVI - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

XVII- O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

XVIII - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

§1º O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

§2º Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

§3º Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

- I - Ficar ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- II - Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

§4º O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no *Art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021*, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- I - Nesta hipótese, aplicam-se também os *Art. 138 e 139 da mesma Lei*.
- II - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- III - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§5º O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- III - Indenizações e multas.

§6º A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (*Art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021*).

§7º O contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

##### **Secretaria de Município de Esporte e Lazer**

Solicitação de Compra: 100/2025  
Projeto atividade: 2091  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 2500

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2025**  
**Parecer Jurídico nº 394/PGM/2025 – TICKET nº 299124**  
**Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS**  
**CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br)**  
**[www.santamaria.rs.gov.br](http://www.santamaria.rs.gov.br)**

Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

**Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural**

Solicitação de Compra: 101/2025  
Projeto atividade: 2043  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

**Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas**

Solicitação de Compra: 104/2025  
Projeto atividade: 2071  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

**Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico e Turismo**

Solicitação de Compra: 105/2025  
Projeto atividade: 2054  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1899  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

**Gabinete do Prefeito**

Solicitação de Compra: 106/2025  
Projeto atividade: 2094  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

**Secretaria de Município da Educação**

Solicitação de Compra: 108/2025  
Projeto atividade: 2115  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 109/2025  
Projeto atividade: 2109  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 110/2025  
Projeto atividade: 2108  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

**Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos**

Solicitação de Compra: 113/2025  
Projeto atividade: 2065  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 114/2025  
Projeto atividade: 2056  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2025**  
**Parecer Jurídico nº 394/PGM/2025 – TICKET nº 299124**  
**Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS**  
**CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: pregao@santamaria.rs.gov.br**  
**www.santamaria.rs.gov.br**

**Secretaria de Município de Mobilidade Urbana**

Solicitação de Compra: 133/2025  
Projeto atividade: 2057  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 134/2025  
Projeto atividade: 2058  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1752  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

**Secretaria de Município da Saúde**

Solicitação de Compra: 160/2025  
Projeto atividade: 2031  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1600  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 161/2025  
Projeto atividade: 2041  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1600  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 162/2025  
Projeto atividade: 2042  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1600  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 164/2025  
Projeto atividade: 2037  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1600  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 165/2025  
Projeto atividade: 2035  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1621  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 166/2025  
Projeto atividade: 2036  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 2659  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 167/2025  
Projeto atividade: 2039  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1600  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

**Secretaria de Município de Desenvolvimento Social**

Solicitação de Compra: 182/2025  
Projeto atividade: 2007  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 183/2025

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 31/2025**

**Parecer Jurídico nº 394/PGM/2025 – TICKET nº 299124**

**Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 2º Andar - Centro - Santa Maria/RS**

**CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3174.1501 - E-mail: [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br)**

**[www.santamaria.rs.gov.br](http://www.santamaria.rs.gov.br)**

Projeto atividade: 2013  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 184/2025  
Projeto atividade: 2014  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 185/2025  
Projeto atividade: 2008  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

Solicitação de Compra: 186/2025  
Projeto atividade: 2011  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 1500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

#### **Secretaria de Município de Cultura**

Solicitação de Compra: 425/2025  
Projeto atividade: 2076  
Subelemento de despesa: 3.3.90.39.77  
Recurso: 2500  
Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES**

§1º Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§2º A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§3º As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (Art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

§4º Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**

PARAGRAFO ÚNICO - Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no Art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao Art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c Art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA VIGÉSSIMA - FORO**

PARAGRAFO ÚNICO - Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria-RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



Santa Maria-RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**Rodrigo Decimo  
CONTRATANTE**

**Representante Legal  
CONTRATADA**

**ANEXO V**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2025**

**PROJETO TÉCNICO**

(Documentos anexos separados do Edital)

**Anexo I** - Locais de Instalação

**Anexo II** - Locais das Câmeras de Terceiros

**Anexo III** - Locais de Instalação - Item 4.2

**Anexo IV** - Locais e Quantitativos de Equipamentos de Cercamento Eletrônico

**Anexo V** - Locais Pontos Semafóricos para Conetividade

**Anexo VI** - Estudo Técnico Preliminar (ETP)

**Anexo VII** - Termo de Referência (TR)